



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA CIBELLY MENDONÇA

**O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE
VENEZUELANA EM JACUMÃ, SOB A ÓTICA DO JORNALISMO
HUMANITÁRIO DE PAZ**

JOÃO PESSOA

2023

GIULIA CIBELLY MENDONÇA

**O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE
VENEZUELANA EM JACUMÃ, SOB A ÓTICA DO JORNALISMO
HUMANITÁRIO DE PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

JOÃO PESSOA

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M539a Mendonça, Giulia Cibelly.

O acolhimento e integração da população migrante venezuelana em Jacumã, sob a ótica do jornalismo humanitário de paz [manuscrito] / Giulia Cibelly Mendonca. - 2023.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Jornalismo humanitário. 2. Jornalismo para a Paz. 3. Acolhimento humanitário. 4. Interiorização. I. Título

21. ed. CDD 341.481

GIULIA CIBELLY MENDONÇA

**O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE
VENEZUELANA EM JACUMÃ, SOB A ÓTICA DO JORNALISMO
HUMANITÁRIO DE PAZ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
da Paraíba como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Relações Internacionais

Aprovado em: 27/11/2023

BANCA EXAMINADORA



Cristina Carvalho Pacheco (Presidente da banca)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Silvia Garcia Nogueira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Thalita Franciely de Melo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann (orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Na história convencional, a disputa entre as capacidades da humanidade para a crueldade e a compaixão continuou, com a compaixão ficando cada vez mais para trás, mas recusando-se a render-se”

(Michael Barnett)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH – Alto Comissariados das Nações Unidas para Direitos Humanos

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

CAI – Centro de Atendimento e Integração

CICV – Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CNN – Cable News Network

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ENCOVI – Encuesta Nacional de Condiciones de Vida

GEPASM – Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial

JPP – Jornalismo para a Paz

MOB – Mobilização Lúdica

NU – Nações Unidas

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIM – Organização Internacional para Migrações

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A

PUA – Projeto Universidade em Ação

SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

USAID – Agencia dos Estados Unidos par Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. HUMANITARISMO	9
2.1 Mídia e propaganda humanitária	13
3. JORNALISMO HUMANITÁRIO	15
4. JORNALISMO PARA A PAZ	16
5. APLICAÇÃO PRÁTICA DO JORNALISMO PARA A PAZ	19
5.1 Contextualização	19
5.2 A Casa do Migrante e a comunidade venezuelana	22
5.3 A parceria entre o PUA e a Casa do Migrante	25
5.4 Construção de Paz	26
5.5 Considerações acerca da infância	29
5.6 Possibilidade de solução	30
6. CONCLUSÃO	31
7. REFERÊNCIAS	34

O ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE VENEZUELANA EM JACUMÃ, SOB A ÓTICA DO JORNALISMO HUMANITÁRIO DE PAZ

THE RECEPTION AND INTEGRATION OF THE VENEZUELAN MIGRANT POPULATION IN JACUMÃ, FROM THE PERSPECTIVE OF HUMANITARIAN PEACE JOURNALISM

Giulia Cibelly Mendonça¹

RESUMO

O presente trabalho, construído a partir da experiência de pesquisa-ação, busca realçar experiências factuais de acolhimento e integração de migrantes venezuelanos que passam pelo processo de interiorização, com destino à Jacumã, no município de Conde (PB), por meio da Casa do Migrante. O desenvolvimento do estudo tem como finalidade a utilização da pesquisa etnográfica como forma de estabelecer um ambiente de trocas de saberes e experiências com as famílias venezuelanas que são recebidas na instituição e as que moram na comunidade que a circundam, ao passo que novas possibilidades de gerar acolhimento são percebidas, desenvolvidas e trabalhadas pelas voluntárias do Projeto Universidade em Ação (PUA). Através de uma escuta dialógica e métodos de construção de Paz que partem de esforços para transformar situações estruturalmente violentas, serão, portanto, utilizadas ferramentas do Jornalismo para a Paz, abordadas em forma de documentário. Dessa forma, o desenvolvimento teórico discutido pelo presente trabalho partirá da concepção do humanitarismo, da ajuda humanitária e suas formas de se apresentarem para a mídia de massa, por meio do Jornalismo Humanitário e da propaganda humanitária. Como contraponto, será apresentada a aplicação dos métodos de construção de Paz, com o intuito de desenvolver uma estética menos violenta das imagens vinculadas à ajuda humanitária no âmbito das migrações, na medida que geram transformações sociais positivas a partir das demandas dos próprios indivíduos afetados pelas crises.

Palavras-chave: Jornalismo Humanitário, Jornalismo para a Paz; Acolhimento humanitário; Interiorização.

¹ Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba.
giulia.cibelly@gmail.com

ABSTRACT

This work, built on the experience of action research, seeks to highlight factual experiences of reception and integration of Venezuelan migrants who go through the internalization process, heading to Jacumã, in the city of Conde (PB), through the Casa do Migrante. The purpose of developing the study is to use ethnographic research as a way of establishing an environment for exchanging knowledge and experiences with Venezuelan families who are received at the institution and those who live in the community that surrounds it, while creating new possibilities for generating welcoming are perceived, developed, and worked on by the volunteers of the *Projeto Universidade em Ação* (PUA). Through dialogical listening and Peace-building methods that start from efforts to transform structurally violent situations, Peace Journalism tools will, therefore, be used, addressed in the form of a documentary. The theoretical development discussed by this work will start from the conception of humanitarianism, humanitarian aid, and their ways of presenting themselves to the mass media, through Humanitarian Journalism and humanitarian propaganda. As a counterpoint, the application of Peacebuilding methods will be presented with the aim of developing a less violent aesthetic of images linked to humanitarian aid in the context of migration, as they generate positive social transformations based on the demands of the individuals affected by the crises.

Keywords: Humanitarian Journalism; Peace Journalism; Humanitarian reception; Internalization.

1. INTRODUÇÃO

Através da evolução das dinâmicas sociais nas comunidades ao longo da história, o sentido de ‘humanidade’ dentro das relações sociais vai se desenvolvendo, conceito que se expande amplamente através de questões culturais, estruturas e de interações sociais. Segundo Inglod (1994) o sentido de humanidade se divide em: 1) uma categoria biológica; 2) uma condição moral. Dessa forma, o sentido e abrangência do termo humanidade se encontra intimamente ligado à natureza humana em sua condição social, tornando-se, portanto, uma discussão antropológica, uma vez que a questão “o que é o homem?” busca ser respondida pela Antropologia. A abrangência do termo a todos os

seres humanos influi em uma sensação de pertencimento e foi responsável pela criação de um imperativo religioso que liga a ideia de humanidade à benevolência e compaixão.

A partir do entendimento do sentido de humanidade construído pela teologia, bem como seu anseio pela reprodução de condutas tidas como morais, fundadas na benevolência e auxílio, consta-se a prática de ações milenares de assistência humanitária realizadas por instituições religiosas durante a história, que introduziram empiricamente as bases para o conceito de humanitarismo nas sociedades e no sistema internacional. A Igreja Católica tem uma tradição secular de envolvimento em obras de caridade e ajuda humanitária. A *Caritas Internationalis*, uma confederação de organizações de caridade católicas, é uma das redes mais amplas e antigas nesse campo.

A criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) em 1863, uma das maiores e mais antigas organizações oficiais de assistência humanitária do mundo, representa a perspectiva do ativismo humanitário, moral e religioso, embora não seja uma organização religiosa em si. Embora não fosse “propriamente um organismo público, situando-se no espaço entre uma agência de ajuda humanitária privada e uma organização internacional pública” (Barnett, 2011), a CICV tem suas raízes em princípios humanitários inspirados por Henry Dunant, cuja experiência durante a Batalha de Solferino em 1859 o levou a defender a criação de sociedades de ajuda voluntária.

Henry Dunant e os outros fundadores do CICV imaginaram salvar os soldados – e o Cristianismo. Eles acreditavam que a rápida modernização estava a causar uma crise moral na Europa e que a formação de sociedades da Cruz Vermelha fortaleceria o que eles acreditavam serem valores exclusivamente cristãos, como a humanidade, a caridade e a compaixão²(Barnett, 2011, p. 13)

A expansão e uso do termo humanitarismo passou a ter reconhecimento nas relações internacionais a partir do século XIX – sob uma perspectiva ocidentalizada – considerado como um modelo de compaixão que pressupunha a assistência além das fronteiras, com crença na ação transnacional e a crescente governança das atividades com objetivo de auxílio à humanidade, práticas propagadas por instituições de ajuda humanitária que se expandiam com o passar dos anos, como resposta aos horrores das guerras. Portanto, ainda segundo Barnett (2011), o humanitarismo seria definido pela

² Citado em Mulley, *Woman Who Saved the Children*, 185

prestação de ajuda às vítimas de conflitos e desastres naturais, de forma imparcial, neutra e independente.

A ideia de humanidade difundida ocidentalmente no último século, herdeira do iluminismo e em um contexto pós Segunda Guerra Mundial, foi também uma das responsáveis pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, bem como o desenvolvimento de estruturas e mecanismos jurídicos de proteção dos direitos humanos no seu âmbito internacional, representados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, amparada por tratados e convenções internacionais que expandem o escopo do direito internacional. Esta, de acordo com Alves (2005) “esboçou uma sociedade civil transnacional e transcultural como possível embrião de uma verdadeira comunidade internacional.” A Declaração elucida sua doutrina universal na “dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis” sendo esse o “fundamento da liberdade, justiça e da paz no mundo”.

A ampliação das agências especializadas na proteção dos direitos humanos, juntamente com o Direito Humanitário, permitiu a expansão da ajuda humanitária ao redor do mundo, ao passo que a guerra ainda era uma realidade, dando ao humanitarismo novas perspectivas de atuação, dinâmicas e interfaces.

2. HUMANITARISMO

A origem do termo humanitarismo é difusa, porém o seu significado consiste nas formas de realizar ações que gerem melhoria a aspectos da condição humana, em um cenário de crise ou emergência. Os atores responsáveis pela ação factual e empírica da prática humanitária, são chamados de humanitários e “fornecem abrigo temporário, alimentação e cuidados médicos durante tempos de guerra ou imediatamente após desastres” (Ticktin, 2014). Em sua grande maioria, são criados espaços de exceção para a ação humanitária, os quais atendem provisoriamente às demandas básicas das pessoas em situação de risco, em função de conflitos, epidemias, desastres, crises, etc. O que diferencia o humanitarismo dos atos de benevolência realizados anteriormente é sua característica de ser organizado institucionalmente a partir de uma governança, conectar o imanente ao transcendente e ser voltado aos que estão em outros espaços geográficos.

O próprio conceito de crise e emergência humanitária está relacionado de forma ampla com as situações decorrentes de desastres, associados ou não às mudanças climáticas, de guerras, conflitos e da incidência sincrônica do terrorismo (Victor; Sanches, 2020). A Organização das Nações Unidas não possui uma definição específica para crise humanitária, porém aborda o termo em seus documentos específicos como referente aos contextos nos quais eventos resultam em sofrimento generalizado e necessidades inexoráveis, que causam ameaças à saúde, segurança e bem-estar humano, carecendo de apoio humanitário.

A Carta das NU não refere diretamente a problemática das crises no seu articulado. Todavia, os Capítulos V (Solução Pacífica de Controvérsias), VII (Ação em Caso de Ameaça à Paz, Ruptura da Paz e Ato de Agressão) e VIII (Acordos Regionais) permitem à comunidade internacional gerir as crises internacionais ou internas que chegam ao seu conhecimento, maioritariamente através de resoluções do Conselho de Segurança aprovadas em ambiente de Capítulo VI (e Capítulo VII, no caso da gestão da crise ser da responsabilidade da organização regional) mas também ao abrigo das disposições do Capítulo VII, nomeadamente a possibilidade de recorrer ao artigo 41.º (sanções não militares) e eventualmente sob a forma de uma missão de paz musculada, de peace enforcement, por razões humanitárias. (Saraiva, 2011, p. 19)

A partir das variadas dinâmicas geográficas e conflitos no cenário internacional, que desencadearam uma série de crises humanitárias durante a história, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, foi perceptível o crescimento no número de instituições de ajuda humanitária no mundo, bem como a ampliação de suas competências, por meio de agências especializadas.

No contexto de um mundo recentemente descolonizado, muitas organizações não-governamentais que outrora se tinham concentrado na Europa descobriram agora um mundo inteiro à espera de ser ajudado, e muitas organizações internacionais, originalmente criadas para a ajuda e a reconstrução europeias e localizadas no sistema das Nações Unidas, começaram a agir como organizações globais. O humanitarismo tornou-se global. (Barnett, 2011, p. 2)

A ação humanitária baseia sua prática em três princípios chave, são eles: imparcialidade, neutralidade e independência; isso não significa que são neutras em questões políticas, por exemplo, tendo em vista que a prestação de assistência humanitária demonstra a insuficiência de Estados nacionais em fazê-la, e a própria presença das agências já implica na defesa de direitos frente às falhas das políticas estatais. Toda a ação humanitária carrega em si um significado político muito bem definido por suas ações. Para além disso, “embora alguns acreditem que o humanitarismo deva ser restrito a atores não estatais e civis, em alguns países o governo é considerado o ator humanitário mais

importante e os militares supervisionam os principais trabalhos humanitários.” (Bunce, Scott e Wright, 2019)

Os altos custos para a manutenção da ajuda humanitária representam um fator de importância no que diz respeito à continuidade das ações realizadas pelas agências e organizações humanitárias, de modo que tanto as contribuições privadas, quanto auxílios dos Estados, aumentaram de forma constante ao longo do século XX e XXI, gerando algumas imposições de preferências políticas, ideológicas ou econômicas sobre o manejo e importância dada à certas crises. É a partir dessa perspectiva que muitas iniciativas de ajuda humanitária começam a promover interesses de política externa de Estados financiadores, de modo a se criar um modelo de Paz Liberal nas intervenções humanitárias, responsável pela difusão de preceitos ideológicos e muitas vezes econômicos, em países do Sul Global.

Até o setor privado aderiu ao movimento, com as empresas comerciais a competirem com organizações não-governamentais por contratos governamentais cada vez mais lucrativos e as grandes empresas a associarem-se a emergências de grande visibilidade e saturadas pelos meios de comunicação social, a fim de demonstrarem aos consumidores que também elas tinham um coração. (Barnett, 2011, p. 4)

Pensadores como Chomsky (2008), Chimni (2004), Horkheimer e Adorno (1976) consideram tais prerrogativas da ação humanitária como um suporte ideológico de bem-estar das Grandes Potências e elites, como uma forma de preservar desigualdades globais e permitir que “os ricos durmam confortavelmente à noite, ao mesmo tempo que lhes é permitido sonhar que a caridade é um substituto para uma mudança radical e que não estão a se beneficiar pessoalmente da exploração global.” (Barnett, 2011, p. 6)

O humanitarismo vem expandindo sua governança a partir da institucionalização e organização dos setores humanitários em resposta às necessidades globais por ajuda humanitária. Barnett (2011) subdivide o humanitarismo em três fases: 1) Humanitarismo Imperial, que vai do final do século XVII até a Segunda Guerra Mundial; 2) Neo-humanitarismo, que se estende do final da Segunda Guerra Mundial até o fim da Guerra Fria; 3) Humanitarismo Liberal, que vai desde o fim da Guerra Fria e se estende ao presente. A fase de Humanitarismo Liberal representa a governança humanitária internacional no sistema internacional moderno, marcada pela forte presença de uma promessa de progresso que esconde sinais de domínio por meio das “Operações de Paz”.

Ainda de acordo com Barnett, tal ideia de progresso deve incorporar os desejos, interesses e valores daqueles que são objetos de simpatia, e não do Estado, assim, será evitada uma política de piedade.

[...] a paz liberal não deixa de ser um reflexo da experiência ocidental de pacificação, assente nos períodos pós-guerras mundiais, na construção das Nações Unidas, nos modelos de desenvolvimento e pacificação da União Europeia, e noutros modelos, como o da OCDE. Na base de atuação da paz liberal está o chamado Consenso de construção de paz que, como indica o nome, se baseia num consenso discursivo entre coligações de organizações, Estados, instituições, atores locais, ONG's, Fundos financeiros de apoio ao desenvolvimento e outros, com vista à implementação do modelo de paz a construir em situações pós conflito. (Azevedo, 2012, p. 8)

Nessa perspectiva, a segurança internacional partilha o palco com a segurança humana³, dessa forma, a resposta da comunidade internacional aos conflitos étnicos, religiosos e nacionalistas, é criar uma paz liberal que possa eliminar as causas da violência, a partir da promoção da democracia e direitos humanos ocidentais (Barnett, 2011). Azevedo (2012) argumenta que a perspectiva liberal da Paz é representada pela ideia de uma comunidade onde a lei e a ordem prevalecem, tanto interna quanto externamente. É a partir dessa visão que se considera que os preceitos de paz liberal partem de uma perspectiva de imposição hegemônica de um modelo de reconstrução do Estado, que consolidam a manutenção das estruturas de poder internacionais e domésticas de um Estado em crise, assim como preferências políticas, econômicas e ideológicas dos financiadores das intervenções de “paz”.

Os críticos sustentam que a dinâmica guerra/paz serve para sustentar uma poderosa indústria militar que per si é capaz de fazer prosperar uma economia de mercado, como a americana ou como a de algumas potências europeias. Uma análise histórica demonstra que a economia de certos Estados dominantes prospera em períodos de guerra e pós-guerra, devido à massificação de produção de equipamentos e estruturas militares, mas também de bens e produtos necessários a qualquer reconstrução de um Estado. Mais uma vez, a crítica ao modelo de paz liberal centra-se no auto-interesse de quem intervém e não no interesse de quem é intervencionado. (Azevedo, 2012, p. 11)

Paulo Freire (1974) argumenta a respeito de como os opressores se utilizam de uma falsa generosidade para manter as injustiças que causam a necessidade, onde “a ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria.” É a partir dessa perspectiva que se sustenta

³ PNUD, 1994

estruturalmente a criação de uma estética violenta criada em torno das ações humanitárias em situações de crise.

2.1 Mídia e propaganda humanitária

Foi a partir da revolução da informação impulsionada pela Guerra Fria, com o acesso à TV a cores, máquinas fotográficas, rádio e telefone – tal qual a ampliação das tecnologias de guerra – que o mundo se viu diante de uma nova era de contato com a ação humanitária. O sofrimento universal passou a ser televisionado e tido como o interesse central da ação humanitária, que por vezes – através das próprias agências de ajuda – o utiliza como ferramenta para atingir interesses próprios ou de governos, através das propagandas humanitárias.

Noam Chomsky (1988) argumenta a respeito do papel da mídia na construção de um consenso coletivo a partir da propaganda midiática, corroborando para a construção da opinião dos espectadores, passivos aos acontecimentos expostos pela mesma, que assume preferências baseadas no lucro. É a partir dessa lógica que grande parte da mídia humanitária utiliza suas ferramentas de propagação de imagens para, mesmo que indiretamente, gerar um sentimento compartilhado de compaixão ao sofrimento visível do ser humano, moldando a opinião de espectadores passivos às realidades expostas e beneficiando preferências próprias ou de financiadores – ideologias, hábitos de consumo, preferências políticas, etc.

Coberto por agências de notícias 24 horas por dia, o mundo poderia agora assistir, em tempo real, aos horríveis espetáculos do governo estatal, o fracasso e a guerra civil, a limpeza étnica e o genocídio, a utilização de crianças como soldados capazes de cometer crimes de guerra e a fuga de milhões de pessoas de todas as formas de violência apenas para encontrarem “segurança” em campos de refugiados do tamanho de cidades sem alimentação adequada, abrigo ou cuidados médicos. (Barnett, 2011, p. 2 e 3)

O Efeito CNN - em referência à emissora *Cable News Network* – foi o fenômeno que contribuiu para o alargamento do jornalismo de guerra televisionado em tempo real a partir dos anos 1990, trazendo à vista da sociedade a espetacularização do sofrimento humano. Coban (2016) considera que o Efeito CNN se refere aos cenários nos quais a mídia influencia situações de intervenções internacionais, ao passo que atrai a atenção do público para determinadas crises, o que pode gerar pressão social sobre a agenda política de governos e também arrecadação de fundos através de doações.

Um dos casos mais emblemáticos de tal influência é a intervenção humanitária norte-americana na Somália em 1992. Após serem expostos a diversas imagens da fome que assolava o território somali, instaura-se a operação Restore Hope, com o objetivo de abrir as rotas de abastecimento no país.” (Rodrigues, [s.d] p. 8)

Foi a partir dessa perspectiva de expansão midiática do sofrimento que uma estética imagética violenta foi criada por agências humanitárias em suas propagandas, assim como pelas emissoras que transmitiam os horrores e calamidades das guerras e crises humanitárias em tempo real – no intuito de gerar comoção – explorando imagens sensíveis de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Outra ferramenta desenvolvida pela mídia humanitária que consumou o senso de totalidade e piedade criado no outro, foi a elaboração de campanhas humanitárias lideradas por celebridades e músicos, desencadeando, segundo Brockington (2014) e Ritchey (2016), uma nova era de envolvimento de celebridades em arrecadações de fundos, campanhas e mídia, angariando recursos a partir da mobilização de admiradores dos mesmos, ao passo que constroem uma imagem social positiva do artista. Da mesma forma acontece com o engajamento de empresas que são financiadoras da ajuda humanitária, e procuram se beneficiar do apoio às causas, através do marketing humanitário.

Atualmente, na era da informação, a transmissão de eventos instantaneamente a partir de smartphones tem papel considerável na forma de se reproduzir informação e notícias. “O Efeito Al Jazeera, segundo o qual a nova mídia trouxe consigo a redução do oligopólio do governo e da grande mídia sobre a informação, e, com isso, fortaleceu grupos que antes não tinham uma voz na arena internacional” (Rodrigues, [s.d] p. 8). O Efeito Al Jazeera – em referência à rede ‘Al Jazeera’ do Catar – baseia seu princípio no grande fluxo e difusão de informações por meio de redes sociais e outros meios de compartilhamento. Dessa forma, se considera que as imagens violentas de crise estão cada vez mais suscetíveis a exposição exacerbada, pela rapidez e fluidez do fluxo de informação nas redes sociais.

O fenômeno da Al Jazeera não substitui o Efeito CNN, mas sim o expande e complementa. A cobertura exercida pela rede do Qatar, Al Jazeera, em última análise também exerce sob a tomada de decisão os efeitos de aceleradora, de impedimento ou agenda-setter. (Rodrigues, [s.d] p. 10)

Isso posto, entende-se que o Efeito Al Jazeera obtém resultados muito próximos dos atingidos pelo Efeito CNN em relação às crises humanitárias, ou seja, ambos geram superexposição e espetacularização de certas crises pontuais, apesar das diferentes intensidades, dinâmicas e meios de difusão das notícias. No Efeito Al Jazeera, a cobertura jornalística tradicional perde o seu papel de privilégio, tendo em vista que agora qualquer pessoa na posse de um smartphone pode ser responsável por divulgar acontecimentos, da mesma forma que estão expostos ao consumo de muitos outros, de maneira muito rápida e fluída.

3. JORNALISMO HUMANITÁRIO

De acordo com Bunce, Scott e Wright (2019) existe uma grande literatura de pesquisa a respeito do Jornalismo Humanitário e o foco mais comum desta investigação é o conteúdo das reportagens internacionais sobre crises humanitárias. Os teóricos elucidam que o Jornalismo Humanitário, portanto, tem sua investigação pautada nos conteúdos internacionais que dizem respeito às crises humanitárias, e não traça a quantidade de cobertura jornalística baseada na gravidade de uma crise ou no número de pessoas afetadas, mas sim, no seu significado geopolítico, cultural e proximidade com o público. Cilene Victor (2018) destaca a falta de definição precisa ou construção avançada quanto ao conceito de Jornalismo Humanitário, sendo, portanto, responsável pela análise da cobertura jornalística das ações de cunho humanitário, aquelas que tratam o sofrimento humano e que buscam mitigá-los.

Cottle e Cooper (2015) descrevem que notícias humanitárias se referem às reportagens de desastres humanitários, enquanto Ross (2004)⁴ define o Jornalismo Humanitário em como a mídia realiza a cobertura dos esforços de socorro. Dessa forma, a abrangência do conceito sempre chega a um ponto comum, difusão de informações que abordam as crises enfrentadas pela humanidade a partir da presença ou necessidade da ajuda humanitária.

A disseminação das imagens baseadas em uma estética de sofrimento também segue fazendo parte dos procedimentos jornalísticos aqui demonstrados, não em sua

⁴ Citado em “Humanitarian Journalism” (2019)

totalidade, porém em grande maioria. “A simpatia é um sentimento despertado principalmente através da visão e bombardear o público com imagens era uma tática eficaz para convencer espectadores para “compadecer-se” através das barreiras de status e raça, bem como a distância geográfica” (Curtis, 2015, p. 28).

Rosenblum (1979) pauta seu argumento em relação à cobertura jornalística humanitária sob a crítica em relação à concentração de questões do Sul Global, a partir da ênfase excessiva em tópicos negativos a respeito de temas sensíveis, muitos desses, frutos de causas estruturais. É dessa forma, portanto, que se dá a criação de uma estética estereotipada – a partir do uso de imagens violentas, de sofrimento, catástrofe, guerra, terrorismo, etc – moldando o consenso de uma massa sobre determinado espaço geográfico, nacionalidade, grupo étnico, religião, como sugeriu Chomsky (1988).

A espetacularização do sofrimento humano passou a ser um instrumento utilizado pela mídia e pelo jornalismo humanitário, que começa a despertar, a partir de certo momento, a insensibilidade progressiva de habituação ao intolerável (MacBride, 1980). Moeller (1999) discute que os primeiros trabalhos sobre as respostas de um público ao jornalismo humanitário argumentaram que o mesmo sofre de “fadiga de compaixão” quando é confrontado com imagens de sofrimento distante.

4. JORNALISMO PARA A PAZ

Martin Scott (2017), apresenta três definições para as notícias humanitárias: 1) as que cobrem crises humanitárias e seus atores; 2) as que adotam uma ética humanitária; 3) as notícias como práticas humanitárias. Apesar da definição de Scott ter vindo após a teoria proposta por Galtung para o Jornalismo para a Paz (JPP), este pode ser considerado como parte da terceira definição de notícias humanitárias: as notícias como práticas humanitárias, ou seja, ativas na construção da ajuda.

Galtung propõe nos anos de 1970 uma abordagem jornalística que esteja centrada na transformação de conflitos e não apenas na replicação deles, gerando oposição à predisposição da mídia internacional de favorecer a cobertura de guerra. É importante destacar que o conflito, em si, não consiste em algo negativo, tendo em vista que se refere a um choque de ideias e uma chance para o progresso humano. O conflito será negativo se for tomado por violência.

À medida que pessoas, grupos, países e grupos de países parecem obstruir-se uns aos outros (é disso que se trata o conflito), existe um claro perigo de violência. Mas, no conflito, existe também uma oportunidade clara para o progresso humano, utilizando o conflito para encontrar novos caminhos, sendo imaginativo, criativo e transformando o conflito para que as oportunidades prevaleçam. Sem violência. (Galtung, 2003, p. 177)

Para analisar a fundo as raízes da violência e como a transformação dos conflitos é possível para se atingir a Paz, Galtung (1969) propõe uma forma organizacional para se entender as faces multifacetadas da violência, representada pelo *Triângulo da violência*⁵. O topo do triângulo representa o espectro visível da realidade, enquanto a base representa o invisível. No vértice do topo está localizada a violência direta, ou seja, um ato de agressão (violência física, moral, verbal, etc.) enquanto nas vértices da base estão as violências estrutural (estrutura social desigual e exploratória) e cultural (sistema de normas que legitimam socialmente as duas violências anteriores), estas invisíveis à sociedade, mas que estruturam e dão possibilidade à violência direta dela. Para chegar ao conceito de Paz, o autor reforça a necessidade de transformação – de forma não violenta e criativa – dessas violências estruturantes, para então se atingir uma Paz positiva⁶.

O Jornalismo para a Paz, conceito desenvolvido por Galtung, nega totalmente o Jornalismo de Guerra criado pela mídia ocidental, que utiliza guerras e crises como palcos para explorar o sofrimento e violência através da propaganda, polarizando lados sem aprofundar a pesquisa nas causas estruturantes do conflito, de modo a manter intacto um establishment definido – tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

O JPP busca a transformação dos conflitos a partir da investigação das causas e violências que os sustentam e tais transformações precisam partir da ação, não da imparcialidade. Portanto, a teoria propõe ferramentas de ação prática que desconstroem a ética jornalística tradicional de se manter imparcial à determinadas situações de conflito, e partem de dois questionamentos iniciais: “sobre o que é o conflito?” e “quais suas possíveis soluções?”. Esses são os pontos centrais de divergência entre o jornalismo tradicional e a proposta de Galtung, tanto no âmbito acadêmico, quanto profissional.

O jornalismo para a Paz defende a verdade em oposição à propaganda e às mentiras, mas não é “jornalismo investigativo” no sentido de descobrir

⁵ Violence, Peace, and Peace Research, 1969

⁶ Peace, War, and Defense: Essays in Peace Research, 1969

mentiras apenas do “nosso” lado. A verdade vale para todos os lados, tal como a exploração da formação do conflito e o dar voz (glasnost) a todos. (Galtung, 2003, p. 179)

Os princípios base da ação jornalística para a Paz consistem na exploração das causas de um conflito; levar transparência aos conflitos; dar voz a todas as partes do conflito; buscar a humanização das partes; concentração nos efeitos invisíveis da violência; descobrir encobrimentos das ações; expor inverdades; dar nomes aos malfetores; dar foco às pessoas pacificadoras, entre outros. Portanto, a realização da cobertura de uma ação de ajuda humanitária é construtora de Paz à medida que elucida as raízes do conflito e identifica iniciativas positivas que tratam o problema, de modo a buscar uma forma de saná-lo ou reduzi-lo.

Um exemplo: reportar propostas de paz. Alguém elaborou um plano: uma organização intergovernamental, uma ONG, um governo, alguma outra parte em conflito, um indivíduo. A tarefa do jornalista de paz é identificar tais iniciativas, dar-lhes voz, destacar pontos positivos, estimular o diálogo, não sinalizar qualquer acordo ou desacordo, adicionar o plano à cultura de Paz do conflito, desde que defenda a Paz por meios pacíficos. Mas a tarefa é também fazer perguntas difíceis, apontando possíveis défices. (Galtung, 2003, p. 179)

Um conceito que muito soma com a abordagem do Jornalismo para a Paz – e que também será utilizado empiricamente no desenvolvimento desta pesquisa – é o de jornalismo alinhado à solidariedade, representando uma abordagem que buscam elevar as perspectivas de indivíduos que vivenciam injustiças e que pouco são ouvidas no discurso público a fim de apresentar possibilidades de transformação baseadas nas vivências destes, à medida que os jornalistas se tornam sujeitos ativos na construção de Paz. “O crescente campo da “mídia e conflito” baseia-se na proposição de que equipar um repórter com habilidades de resolução de conflitos permitirá que ele ou ela se torne um repórter mais eficaz profissional e ser humano.” (McGoldrick, Lynch, 2005, p. 6)

Portanto, a utilização da metodologia de tratamento de conflito do JPP pode se aplicar às demais perspectivas de conflitos que resultam em desigualdades fundamentadas em violências estruturais. Assim, além de entender e questionar as lógicas que dão base a situações de crise, as vivências permitirão a criação de possibilidades de transformação, a construção de Paz. É dessa forma que, então, a imagem da crise humanitária é transformada, com foco nas possibilidades de solução do problema e não na sua constante exposição.

5. APLICAÇÃO PRÁTICA DO JORNALISMO PARA A PAZ

O presente trabalho busca, através da pesquisa-ação, explorar empiricamente uma das etapas de assistência e acolhimento humanitário oferecido aos imigrantes venezuelanos no Brasil, a interiorização. Portanto, serão consideradas as ferramentas de acolhimento e integração oferecidas pela Casa do Migrante, iniciativa do Serviço Pastoral dos Migrantes, aos venezuelanos interiorizados pela Operação Acolhida no município de Conde, no estado da Paraíba, por meio de visitas e aplicação de atividades direcionadas aos mesmos – como forma de somar esforços ao processo de acolhimento. A aplicação das ferramentas de Jornalismo para a Paz e de Cultura de Paz nesse contexto de ajuda humanitária no âmbito de migrações, terá como resultados finais, além da soma aos esforços da instituição em gerar acolhimento e integração, um documentário e este trabalho, que durante seus processos de desenvolvimento, resultaram na elaboração de um projeto de plano pedagógico de assistência à aprendizagem e desenvolvimento de crianças venezuelanas migrantes no município.

Vale ressaltar que o objetivo dessa pesquisa é buscar a valorização de iniciativas de ajuda humanitária que podem gerar mudanças sociais positivas, em contraposição à espetacularização do sofrimento. Não é objetivada a gerar oposição ao modelo de Jornalismo Humanitário realizado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) Brasil – metodizado pelo Guia do ACNUR para profissionais e estudantes de comunicação (2020) , utilizado como fonte no desenvolvimento da presente pesquisa e seus resultados – e demais agências responsáveis pela propagação midiática das ações humanitárias de acolhimento no Brasil, mas sim somar à essas iniciativas, através da construção de possibilidades em setores deficientes dessa política, que é positiva e efetiva mas que apresenta fissuras.

5.1 Contextualização

A partir do eventos que desencadearam um momento de crise política na Venezuela a partir do ano de 2013, as demais esferas da sociedade começaram a ser afetadas de maneira considerável, intensificando a deterioração das condições de vida no país e ocasionando graves violações de direitos humanos. O relatório do Alto

Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH)⁷ de 2018 sobre as violações de direitos humanos na República Bolivariana da Venezuela, apresenta dados da Encuesta Nacional de Condiciones de Vida de la Población Venezolana (ENCOVI) que revelam números alarmantes em relação à situação de pobreza e vulnerabilidade, onde 87% da população estava situada nessas condições no ano de 2018.

A perda da capacidade do Estado de garantir serviços básicos à população afetou as condições de vida, além da falta de acessibilidade à alimentos e medicamentos, em decorrência da hiperinflação oriunda da desvalorização contínua da moeda nacional bolívar e diminuição da produção de petróleo e de receita pela petrolífera estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) – empresa que desempenha papel fundamental na economia e política do país. A Venezuela se manteve em contínua e profunda recessão econômica com expressiva dependência da importação de alimentos e itens básicos.

O ACNUDH (2018) atesta que a crise foi causada por uma combinação de políticas econômicas e sociais aplicadas pelo governo de Nicolás Maduro a partir de 2010, como o controle dos preços de alimentos pelo Estado, taxas de câmbio das moedas estrangeiras, a má administração de terras de cultivo que eram confiscadas, o monopólio estatal dos fornecimentos agrícolas, a militarização da distribuição de alimentos e implementação de programas sociais sem objetivos nutricionais claros (2018), trazendo consequências que expressam graves violações de direitos humanos. É a partir desse cenários de insegurança social e temor, que grande massa populacional venezuelana emigra para países latino-americanos vizinhos, à procura de melhores condições de vida ou refúgio.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (2018), um dos órgãos que estão intimamente ligados à causa, considera que as razões que levam os venezuelanos a migrar são: as ameaças proferidas por grupos armados; o medo de ser o centro das atenções devido às suas opiniões políticas; ameaças e extorsões; altas taxas de criminalidade; violência doméstica; insegurança alimentar; e a incapacidade de acesso a cuidados médicos, medicamentos e serviços básicos adequados. Segundo o ACNUR (2023), mais de 5,4 milhões de venezuelanos deixaram seu país até setembro de 2023,

⁷ Agencia especializada da Organização das Nações Unidas.

fazendo com que essa seja uma das maiores crises de deslocamento no mundo na atualidade. O Brasil recebeu até a mesma data, 499.650 venezuelanos desde o início da crise, apesar de não ser o destino preferencial, dadas as diferenças linguísticas.

Os imigrantes e refugiados advindos da Venezuela acessam o Brasil a partir de sua fronteira com o estado brasileiro de Roraima, no município de Pacaraima. “São dias de caminhada até a fronteira com Pacaraima e, posteriormente, até Boa Vista, levando poucos mantimentos e, muitas vezes, documentação insuficiente – uma migração com baixo nível de segurança e elevado grau de vulnerabilidade.” (Rocha; Ribeiro, 2018). Foi em decorrência do aumento expressivo de tal fluxo migratório, a concentração no estado de Roraima e o alto grau de vulnerabilidade dos grupos, que o Governo Federal brasileiro por meio das Forças Armadas e com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Organização Internacional para as Migrações (OIM), outras agências das Nações Unidas e entidades da sociedade civil, desenvolveram um programa voltado a acolhida desse contingente populacional, a Operação Acolhida.

Tal operacionalização da acolhida humanitária é uma forma de garantia dos direitos de migrantes e refugiados, os quais o Brasil já dispõe em leis específicas, como a Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), a Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/1997) – referente aos mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 – ou tratados e convenções internacionais aos quais é signatário. A Lei de Migração brasileira é considerada uma das mais avançadas no mundo, considerando o imigrante sujeito do direito em igualdade ao cidadão nacional, em respeito aos princípios da Constituição Federal de 1988.

Desde 2018, a Operação Acolhida tem como objetivo principal fornecer assistência e acolhimento às pessoas migrantes e refugiadas, oferecendo abrigo, serviços de saúde, alimentação, documentação e educação aos ingressantes vulneráveis no país. Uma das vertentes de atuação da operação é a interiorização, ou seja, a distribuição mais equitativa dos imigrantes para outras regiões do país, aliviando a pressão nos serviços públicos de Roraima, que enfrentam dificuldades em decorrência do elevado número de ingressantes no estado por meio da fronteira com a Venezuela. Segundo o ACNUR, a Operação Acolhida e seu processo de interiorização buscam proporcionar um deslocamento voluntário, seguro e organizado de refugiados e migrantes, como forma de

buscar melhores oportunidades de integração social e econômica para essas pessoas em várias outras regiões do Brasil, e conta com o apoio de centros de acolhimento no processo de acolhida e integração nessas regiões. “Em março de 2023 a Operação Acolhida atingiu a marca de 100 mil pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela interiorizadas por 930 municípios do Brasil.” (ACNUR, 2023)

A estratégia de interiorização depende da articulação conjunta de organismos empenhados no acolhimento e integração dos imigrantes. Os Centros de Acolhimento e Integração (CAI), geralmente são iniciativas de organizações da sociedade civil ou Organizações Não Governamentais (ONG) – apoiadas por entidades públicas, privadas ou agências das Nações Unidas como ACNUR e OIM – que recebem os migrantes e refugiados de acordo com suas especificidades de acolhimento e dão um suporte especial à integração destes na região em que agora residem. O estado da Paraíba hoje ocupa a 12ª posição entre os estados brasileiros que mais recebem imigrantes e refugiados interiorizados segundo a base de dados R4V (2023), tendo recebido 1.205 pessoas até setembro de 2023. Tal contingente populacional de imigrantes e refugiados interiorizados no estado se divide em 10 municípios, porém João Pessoa e Conde são os dois municípios que mais receberam, somando juntos 92,8% do total de pessoas.

5.2 A Casa do Migrante e a comunidade venezuelana

O Serviço Pastoral do Migrante (SPM), que em sua essência é uma iniciativa religiosa de acolhimento e acompanhamento a migrantes, fundamenta sua missão humanitária em preceitos religiosos de compaixão, defesa, promoção da dignidade, justiça e solidariedade como forma de auxiliarem na integração dessa população. O SPM fundamenta sua missão nos evangelhos propostos por Jesus, que consideram a acolhida como uma missão para os cristãos, dessa forma, indicando a metodologia missionária para que tal trabalho seja realizado junto aos migrantes – inicialmente migrantes internos e a partir de 2017, migrantes internacionais. Atualmente, o SPM tem um projeto ativo de

acolhimento de migrantes interiorizados, a Casa do Migrante⁸ onde no estado da Paraíba opera no município de Conde.

A Casa do Migrante do Conde opera na comunidade de Jacumã e recebe, desde 2018, famílias venezuelanas interiorizadas pela Operação Acolhida, para apoiá-las na inserção laboral e integração na sociedade brasileira, gerando acolhimento, auxiliando no reconhecimento de seus direitos e incentivando atividades que contribuem no processo de transição e estabelecimento no novo local de residência.

A Casa do Migrante é um habitat para que pessoas de diversas origens e nacionalidades, nesse contexto de migração, sejam acolhidas e tenham uma base de apoio para recomeçar suas vidas e possam ser sujeitos de direitos, protagonistas de seus próprios processos de libertação. (Cartilha Serviço Pastoral dos Migrantes, 2020, p. 6)

A comunidade venezuelana acolhida pela Casa do Migrante tem um perfil socioeconômico muito similar, geralmente são famílias – com filhos crianças – que se encontram em uma situação de vulnerabilidade social em razão dos impactos causados pelas consequências da crise político-econômica na Venezuela, que resolveram abandonar o seu país de origem, em busca de melhores condições de vida no Brasil. Estas, em sua maioria, moram por meses nos abrigos coletivos em Roraima até conseguirem consolidar o processo de interiorização.

Atualmente, a Casa é financiada a partir de projetos submetidos, e desde sua abertura já recebeu apoio de órgãos como o Ministério do Trabalho da Paraíba, OIM, ACNUR, USAID⁹ e da própria comunidade paraibana. De acordo com Auricélia Rossana, coordenadora e assessora jurídica da Casa, embora a Paraíba não seja um destino muito visado no corredor da imigração, muitos migrantes têm conseguido se estabilizar e construir uma nova história de vida no estado. Um primeiro passo tomado pela instituição para buscar garantir o acolhimento foi a articulação com a comunidade local e com os serviços públicos (saúde, educação e assistência) para, antes de tudo, comunicá-los a respeito do então novo fluxo de cidadãos que iriam agregar à comunidade local, forma de

⁸ Todas as informações a respeito da Casa do Migrante foram obtidas a partir de uma entrevista realizada no dia 05/10/23 com Auricélia Rossana, coordenadora da Casa.

⁹ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

afastar questões relacionadas à xenofobia e preconceito, muitas vezes frutos da desinformação.

A instituição, que já passou por várias experiências e dinâmicas de acolhimento, hoje tem o foco no recebimento de famílias, dada a percepção de que na região metropolitana de João Pessoa, o perfil familiar é mais acolhido pelas dinâmicas sociais locais – considerando a importância de manter o núcleo familiar unificado como rede de apoio nesse processo de migração internacional. Dessa forma, a atuação da Casa hoje visa o auxílio à inserção laboral de membros da família na comunidade e seus arredores, enquanto oferecem assistência de acolhida básica (estadia, alimentação, itens de higiene), assistência burocrática (documentação, preparação de currículo, contato com empresas), informações, encaminhamentos, cursos, etc.

A organização busca mapear os requisitos impostos pelo mercado de trabalho brasileiro na região e as necessidades dos migrantes acolhidos, para traçar mecanismos que possam auxiliá-los dentro das possibilidades, oferecendo, portanto, aulas de português, atendimento psicológico, cursos, formações e instrução de acesso aos serviços públicos.

A estratégia do desenvolvimento das atividades oferecidas, principalmente as aulas de português, é de não às vincular à permanência das famílias na Casa, tendo em vista a grande rotatividade dos grupos que chegam e que saem, portanto, buscam estruturar uma dinâmica não continuada e adaptável, que não cause danos à inclusão dos recém chegados e não seja repetitiva para os que já iniciaram o aprendizado.

A Casa do Migrante do Conde tem capacidade para abrigar até 9 famílias e possui uma equipe de cinco pessoas, que se dividem na organização institucional e valorizam bastante o apoio do voluntariado, por meio de parcerias com universidades, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, por exemplo, pois reconhecem a importância do desenvolvimento de atividades, integração e no uso do tempo ocioso dos membros da família que não trabalham, geralmente mães e crianças. Entretanto, por se tratarem de atividades voluntárias, muitas vezes são muito voláteis e não se consolidam, deixando brechas na aplicação desta política migratória.

As famílias acolhidas podem permanecer na instituição por até 3 meses, onde compartilham um senso de zelo com o local, tendo em vista que a equipe sempre reforça o sentimento daquele espaço ser um lar que precisa ser cuidado e respeitado. Tarefas de limpeza e manutenção do local são divididos entre todos os adultos residentes, que são instruídos desde sua chegada a manter regras básicas de convívio. Como forma de fortalecer os laços entre a própria comunidade venezuelana que se estabilizou em Jacumã e a instituição, ações conjuntas de integração, confraternização e formação são realizadas com frequência, como meio de reunificar todos que são e já foram acolhidos pela Casa. Tais ações são bem recebidas pela comunidade venezuelana em Jacumã, que sempre se faz presente, valorizando um sentimento de pertencimento e identidade cultural compartilhada.

Segundo um banco de dados próprio, a Casa já acolheu o total de 245 crianças acompanhadas de suas famílias, fornecendo abrigo, alimentação e facilitando a inserção dessas no sistema educacional básico brasileiro. É importante mencionar que algumas dessas crianças nunca haviam frequentado a escola, o contato com o ensino fundamental brasileiro foi seu primeiro contato com o ambiente escolar, enquanto outras não conseguem vagas nas escolas do município na época que chegam à cidade, tendo que aguardar uma nova campanha de matrículas, o que pode resultar – e resulta – em meses sem estudar. Até o primeiro contato entre o Projeto Universidade em Ação e a Casa do Migrante, não existia uma iniciativa da organização voltada ao desenvolvimento dessas crianças.

5.3 A parceria entre o Projeto Universidade em Ação e a Casa do Migrante

O Projeto Universidade em Ação (PUA) é um projeto de extensão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que conta com 13 anos de jornada na promoção de Cultura de Paz através do lúdico, da arte e educação, como forma de transformar realidades violentas. Através do Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM), o PUA unifica a vivência empírica construída com a comunidade à produção acadêmica dentro dos estudos de Paz nas Relações Internacionais, e hoje conta com um acervo que se expande em áreas da arte, palhaçaria, teatro, educação, Segurança Internacional, música, moda, yoga, Jornalismo para a Paz e diversos outros.

A parceria firmada entre o PUA e a Casa do Migrante se fez possível a partir da sinalização de interesse de trocas mútuas entre as partes ao aplicar um projeto voltado para soma nos esforços de acolhimento e construção de Paz. Foi por meio do Projeto Germinando Paz e Arte¹⁰ um apoio dos Palhaços Sem Fronteiras Brasil, que o PUA pôde desenvolver uma ação estruturada em três diferentes frentes de parcerias: 1) Casa do Migrante de Jacumã; 2) Associação dos moradores da comunidade Santa Clara de Assis; 3) Escola Estadual Professora Líliosa de Paiva Leite.

A expectativa e planejamento de ação voltada aos venezuelanos recebidos na Casa do Migrante, desenvolvida e aplicada por voluntárias e coordenador¹¹ do PUA, foi a priori dividida em quatro frentes: 1) Oficina de confecção de fantoches; 2) Brincadeiras da América Latina; 3) Aplicação do Jornalismo para a Paz; 4) Oficina de moda e identidade. As três últimas frentes representam pesquisas de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e Projeto de Mestrado, respectivamente.

O Projeto Germinando Paz e Arte entrou em prática na Casa do Migrante no dia 09 de agosto de 2023 e foi finalizado no dia 12 de outubro de 2023, que resultou em cerca de 20 encontros alternados em diferentes dias da semana e a participação em dois eventos de integração organizados pela Casa. As ferramentas utilizadas para a construção das frentes de trabalho se modificaram e se moldaram a partir das experiências de trocas que foram construídas junto à comunidade venezuelana, assim como pela rotatividade do público. Apesar da finalização do apoio concedido pelo Palhaços Sem Fronteiras Brasil a partir do projeto, as ações do PUA na Casa do Migrante continuaram a acontecer, apesar da menor frequência, tendo em vista a falta de apoio financeiro para a locomoção das voluntárias até a Casa.

5.4 Construção de Paz

A partir dessa seção, tomo a liberdade de me inserir diretamente à discussão que se seguirá, não só como pesquisadora, mas também como sujeito ativo na construção de

¹⁰ Projeto financiado pela organização Palhaços Sem Fronteiras Brasil, onde foram aplicadas três propostas de pedagogias de Paz pelo Projeto Universidade em Ação, em João Pessoa.

¹¹ Professor Dr. Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

trocas e vivências, considerando a metodologia de pesquisa-ação¹² participante, desenvolvida na parte que considero mais significativa do processo de criação do presente trabalho. Todas as ações e encontros realizados durante os três meses de pesquisa, foram documentados por meio de relatórios de ação, registros audiovisuais e fotográficos, que serão utilizados como resultado da implementação do Jornalismo para Paz e da consolidação de ações de construção e Cultura de Paz.

O primeiro passo para o desenvolvimento do processo de construção do trabalho realizado pelo Projeto Universidade em Ação e a Casa do Migrante, foi o reconhecimento das possibilidades de trocas – demandas e capacidades – entre as duas organizações. Foi dessa forma, por meio de uma visita à Casa e reuniões com as responsáveis por esse processo de parceria, nas figuras de Auricélia Rossana e Yannelis Barreto, que estabelecemos uma linha de atuação baseada nas possíveis realidades que iríamos lidar. Dessa forma, foram delimitados quatro eixos de ações, já citados anteriormente. A minha atuação no projeto estava pautada na promoção do Jornalismo para a Paz, a priori sem um eixo específico definido, considerando a necessidade prévia do reconhecimento das demandas do público que iríamos lidar.

No dia 9 de agosto de 2023, realizamos o nosso primeiro contato com as famílias – tanto as recém chegadas na Casa quanto algumas outras que já foram acolhidas pela instituição e hoje moram na comunidade – através de uma Invasão Lúdica (MOB)¹³, a qual estive presente na figura da minha palhaça, Cibalena. Esse primeiro momento de contato com as famílias foi significativamente especial, o qual pudemos estabelecer uma primeira interação por meio do riso, do afeto e da sensação de simpatia à medida que vamos nos conhecendo, apesar das barreiras linguísticas. A partir desse primeiro encontro, tive a sensação plena de ter sido acolhida naquele local por todas aquelas pessoas e me questionava como eu poderia também gerar acolhimento. Ao observar o número de mães presentes na ação, tracei um cerne para a realização da minha atuação

¹² David Tripp, 2005

¹³ Mobilização realizada pelo Projeto Universidade em Ação, que busca despertar afetos alegres a partir da brincadeira e do lúdico.

no projeto: mulheres venezuelanas no contexto de migração e suas perspectivas de acolhimento.

As visitas que se sucederam, foram baseadas no que Paulo Freire (1968) considera como processos de trocas recíprocas, onde existe uma troca dialógica entre os indivíduos, possibilitando um processo de aprendizado mais colaborativo e não impositor. Dessa forma, procuramos durante todo o desenvolvimento das ações, pautar nossas atividades na troca constante de diálogo, que em soma, intensifica os processos de aprendizagem da língua – tanto eles aprendem português como nós aprendemos o espanhol. A troca dialógica se deu em um primeiro momento, a partir de trocas culturais, como diferenças entre canções em português e espanhol, o “parabéns pra você/cumpleaños feliz”, por exemplo. Nos permitimos mostrar um pouco da nossa cultura e aprender sobre a cultura venezuelana a partir das perspectivas de todos eles. Falamos sobre comidas, bebidas, pronúncias diferentes, ouvimos músicas que são populares na Venezuela e mostramos algumas que são populares no Brasil e assim começamos a construir uma rede de interações e identificações, que nos permitirão a construção de Paz.

Um fato a ser destacado é que a variedade e quantidade de pessoas no nosso time de voluntárias, nos permite gerar trocas balanceadas, tanto com os adultos quanto com as crianças. Juntos passamos por um processo de criação de afeição a partir da vivência e da interação, conhecendo gostos e preferências uns dos outros e trocando experiências. A aproximação que nós criamos com as crianças nos coloca em uma relação de encantamento com o mundo. Eu, particularmente, me vi desenvolver uma relação e contato muito mais intenso e próximo com elas, as quais sempre estavam nos esperando às tardes e religiosamente nos enchiam de abraços em cada chegada e cada despedida. Foi a partir do fortalecimento do contato com esta infância – crianças de 1 à 12 anos – que mais atividades e brincadeiras iam sendo realizadas com elas, assim como novos conflitos surgiam e necessidades iam sendo percebidas. Ferramentas de Cultura de Paz, como a comunicação não-violenta¹⁴ e escuta ativa, foram amplamente utilizadas para lidar com o tratamento de conflitos entre as crianças, ao passo que transmitimos a elas tais práticas.

¹⁴ Marshall Rosenberg, 2006

À medida que nossas visitas seguiram constantes na Casa do Migrante, começamos a desenvolver uma relação cada vez mais próxima e afetiva. Passamos a perceber a rotatividade das famílias, uma realidade já sabida por nós, mas que nos tocou em um lugar de afeto quando perdemos o contato com algumas crianças que se mudaram da Casa. O desenvolvimento das atividades com as crianças começou a se aprimorar à medida que foram percebidas dificuldades ao realizar tarefas de pintura, por exemplo, – algumas dessas crianças ainda não frequentavam ou nunca frequentaram a escola – portanto, passamos a realizar atividades que priorizassem o desenvolvimento dos conhecimentos de português a partir de referências do dia-a-dia (animais, cores, números, canções) aliados às atividades manuais de pintura, confecção de bonecos, contação de histórias, etc.

Com muitas inquietações no que dizia respeito à situação escolar das crianças, nós estabelecemos contato com a Escola Deputado José Mariz, instituição de ensino fundamental I, II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), destino escolar de muitas crianças que foram recebidas pela Casa do Migrante. À primeira vista, o despreparo estrutural do próprio imóvel da escola para lidar com o número de alunos na instituição, já demonstraram negligências. Por meio de uma conversa com a diretora Josilene, tomamos conhecimento do despreparo institucional dos órgãos de educação municipais em lidar com a questão migratória, tendo em vista que o corpo docente daquela instituição não recebeu preparo algum para lidar com o recebimento de alunos que não têm domínio completo da língua portuguesa. A única medida tomada pela escola para a alocação desses alunos no sistema de ensino brasileiro é a realização de um teste de nivelamento de série e nada mais. Foi aí que mais uma vez mudei o cerne da minha atuação no projeto, que se consolidou na elaboração de um plano pedagógico de assistência à aprendizagem e desenvolvimento de crianças venezuelanas migrantes no município do Conde/PB.

5.5 Considerações acerca da infância

Considerando as crianças como sujeitos do direito internacional a partir da Declaração dos Direitos da Criança de 1959, e protegidos internamente pela Constituição Federal, Lei do Refúgio e o Estatuto da Criança e do Adolescente, serão consideradas aqui questões que envolvem o desenvolvimento destas durante o processo de acolhida e integração na sociedade brasileira.

Existe um contingente expressivo de crianças imigrantes ou refugiadas no Brasil que passam pelo processo de interiorização, portanto, se faz necessário apontar as problemáticas que afetam as crianças durante esse processo de mudança de país e região, como estresse, trauma, barreiras linguísticas e culturais, instabilidade devido ao deslocamento constante, acesso à educação, discriminação e falta de apoio psicossocial, por exemplo. Estudos apontam que eventos na infância influenciam profundamente “o desenvolvimento psicológico e cognitivo infantil, causando prejuízos neuropsicológicos, tornando o indivíduo mais reativo a estressores externos e, por consequência, influenciando no desenvolvimento da personalidade da criança.” (Rebeschini, 2017)

Iniciativas voltadas ao desenvolvimento infantil na primeira infância apresentam respostas satisfatórias segundo relatórios do World Bank de 2014 e 2015, portanto, infere-se que existe relevância significativa no investimento em atividades de acolhimento voltadas à evolução cognitiva, motora e sensorial das crianças que estão passando por sua fase principal de desenvolvimento concomitantemente à um processo de vulnerabilidade, sem muitos estímulos para tal. Por serem provenientes de um país cuja língua materna é o espanhol, ao chegarem no Brasil, os migrantes e refugiados se deparam com a barreira linguística, onde no caso das crianças, a escola é o ambiente ideal para lidar com tal questão, apesar da ocorrência de dificuldades no aprendizado dos estudantes como causa desse obstáculo.

Vygotsky desenvolve sua Teoria Sociocultural a respeito do desenvolvimento cognitivo, considerando que este se dá a partir da interação social, fazendo com que as crianças desenvolvam habilidades cognitivas como parte da indução de seu modo de viver em um ambiente. “Atividades compartilhadas ajudam a criança a internalizar os modos de pensar da sociedade, cujos hábitos passam a ser seus.” (Papalia, Olds, Feldman, 2009). Portanto, é considerável a importância do acolhimento da criança migrante e refugiada para além do básico, desenvolvendo estratégias pedagógicas para além da escola e também nela, que estimulem os processos cognitivos, motores e psicológicos destes de forma integral, ao passo que integram as crianças ao novo idioma, cultura, região, a partir de percepções e necessidades do dia a dia.

5.6 Possibilidades de solução

A partir do levantamento de necessidades percebidas na Casa do Migrante e na carência de suporte dado aos alunos venezuelanos na Escola Municipal Deputado José Mariz, o Projeto Universidade em Ação (PUA) e o Grupo de Estudos de Paz e Segurança Mundial (GEPASM) com auxílio da Casa do Migrante, buscam desenvolver o projeto Acolher. O objetivo da proposta é dar suporte pedagógico e escolar às crianças venezuelanas em situação de vulnerabilidade que residem atualmente no município de Conde/PB, por meio da implementação de um plano pedagógico de auxílio, desenvolvido por alunas do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba e supervisionado pela professora de Letras Espanhol, Neila Coelho, do Instituto Federal de Alagoas. A aplicação do projeto será dividida em duas frentes: (1) Suporte pedagógico voltado ao primeiro contato com a língua portuguesa, trocas culturais e atividades de auxílio no desenvolvimento cognitivo na primeira infância, com foco nas crianças acolhidas na Casa do Migrante (SPM-NE); (2) Assistência escolar às crianças venezuelanas matriculadas na Escola Deputado José Mariz, no nível fundamental I e II.

Serão utilizadas ferramentas pedagógicas e de construção de Paz para lidar com a problemática apresentada, sendo ela fruto da insuficiência da gestão municipal em lidar com as necessidades provenientes da interiorização de famílias venezuelanas no município e da falta de políticas públicas governamentais que pensem detalhadamente a questão do acolhimento e inclusão das crianças. O apoio que o projeto busca oferecer às crianças se dá a partir de uma pedagogia de trocas recíprocas e da Cultura de Paz, fortalecendo as identidades culturais, desenvolvendo atividades lúdicas, de alfabetização e letramento que as introduzam à língua portuguesa e à cultura brasileira, ao passo que apoiam o desenvolvimento infantil, gerando, acima de tudo, acolhimento e afeto.

6. CONCLUSÃO

A inquietação e ímpeto pelo desenvolvimento da presente pesquisa se deu por meio da observação e questionamento da imagética criada por grande parte das agências de ajuda humanitária, ao explorarem o sofrimento humano como foco central para se atrair caridade, além da mídia que se utiliza do mesmo princípio para fins de suas preferências. Dessa forma, o Jornalismo para a Paz, aliado ao Jornalismo Humanitário, se mostra como estratégia para romper a espetacularização do sofrimento, ao passo que

busca romper com desigualdades por meio da construção ativa de Paz, através do acolhimento humanitário.

O desenvolvimento teórico do trabalho teve base em elementos considerados como ‘chaves’ para se discutir as questões de auxílio em tempos de crise, porém, o elemento que possibilitou e deu total suporte para toda essa padronização acadêmica foi a experiência, coisa que bibliografia alguma jamais conseguirá exprimir plenamente.

A experiência que tive durante quase quatro meses de trabalho e pesquisa-ação na Casa do Migrante foi responsável pela abertura de diversas possibilidades e vivências de trocas, construídas em conjunto com as famílias recebidas na Casa. O foco do nosso trabalho foi sendo aprimorado e expandido à medida que nos encontrávamos e a partir da vivência empírica, construímos um ambiente de afeto, apoio às necessidades e trocas de saberes. Colocamos a Cultura de Paz em prática com base na criação de laços e afetos alegres, ao passo que construímos um ambiente acolhedor em conjunto com o trabalho já realizado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes na Casa do Migrante.

Desde nosso primeiro contato com Kaká (Auricélia), coordenadora da Casa, fomos sempre recebidos com muito acolhimento, entusiasmo e apoio à essa troca entre as organizações. É muito gratificante saber que fomos tão bem recebidos também pela comunidade venezuelana de Jacumã e pudemos juntos somar esforços para construir uma história linda de recomeços e afetos duradouros. A rede de afetos e trocas que construímos na Casa do Migrante abriram portas para a possibilidade do desenvolvimento de um Plano Pedagógico com foco no auxílio ao desenvolvimento e aprendizagem de crianças venezuelanas no município de Conde/PB. Atualmente estamos buscando estabelecer uma parceria com a Secretaria de Educação do município para a aplicação de um plano de letramento e alfabetização voltado aos alunos venezuelanos da rede municipal de ensino, tendo em vista o despreparo institucional em lidar com questões relacionadas ao acolhimento destes. Enquanto isso, o projeto segue dando continuidade ao trabalho de acolhimento e letramento já realizado com as crianças recém-chegadas na Casa do Migrante, construindo novos laços com novas famílias e fortalecendo os laços já construídos, estes que vão para além da nossa convivência na instituição e partem para a vida.

Concluo, portanto, minha defesa de conclusão do curso de Relações Internacionais, destacando que os aprendizados que adquiri através da experiência me permitiram criar possibilidades de construção de Paz, a partir do diálogo, das trocas, do cuidado e acima de tudo, do afeto, produzindo ciência a partir do que o *mainstream* das Relações Internacionais desconsidera como relações internacionais. Construir e aplicar política pública de base nos locais onde o Estado não se mostra efetivo também é fazer relações internacionais, pois almeja mudanças domésticas que afetam diretamente uma sociedade marginalizada e implicarão no desenvolvimento do país e suas capacidades de se colocar no sistema internacional.

Todas as visitas à Casa do Migrante, despertaram em mim – mulher, pesquisadora, brasileira, branca, privilegiada – reflexões frente à uma realidade muitas vezes invisibilizada socialmente, e ímpetos de transformações que só podem ser geradas a partir do contato efetivo com a comunidade. Ser um ator ativo na construção de Paz a partir da realidade, da vivência, das trocas com o que, em tese seria um “objeto de estudo”, é o que me move a romper os muros da universidade e vivenciar na prática o que destrinchamos em teorias por anos na academia, o que nos engrandece antes de tudo como humanos, muito além das mentes por trás de artigos científicos e onde descobrimos o real sentido de humanidade.

REFERÊNCIAS

ACNUDH – ALTO COMISSARIADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. **Violaciones de los Derechos Humanos en la República Bolivariana de Venezuela: una espiral descendente que no parece tener fin.** Relatório. Jun. 2018.

ACNUR, “**Venezuela Situation: Responding to the Needs of People Displaced from Venezuela - Supplementary Appeal**”, marzo de 2018, disponible en: <https://data2.unhcr.org/en/documents/details/63088>.

ALVES, José Augusto Lindgren. **Os direitos humanos na pós-modernidade.** São Paulo: Perspectiva, 2005

Brazil | R4V. Disponível em: <<https://www.r4v.info/pt/brazil>>.

BUNCE, M., SCOTT, M. & WRIGHT, K. (2019). **Humanitarian Journalism.** In: Oxford Research Encyclopedia of Communication. . Oxford University Press.

CHIMNI, B. S. “**International Institutions Today: An Imperial Global State in the Making.**” European Journal of International Law 15, no. 1 (2004): 1-37

CHOMSKY, Noam. “Humanitarian Imperialism: The New Doctrine of the Imperial Right.” Monthly Review 60, no. 4 (2008): 22–50

COBAN, F. **The Role of the Media in International Relations: From the CNN Effect to the Al –Jazeera Effect.** Journal of International Relations and Foreign Policy, v. 4, n. 2, 2016.

Cobertura jornalística humanitária: guia do ACNUR para profissionais e estudantes / Agência da ONU para refugiados – ACNUR; [coord.] Miguel Pachioni. – 1.ed. – São Paulo : ACNUR, 2020

COTTLE, S., & Cooper, G. (Eds.). (2015). **Humanitarianism, communications and change.** New York: Peter Lang.

CURTIS, H. (2015) Picturing Pain. In H. Fehrenbach & D. Rodongo (Eds.), **Humanitarian photography: A history** (pp. 22-46). Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.

DENBOBA, A. D. et al. **Investindo na primeira infância com grandes retornos.** World Bank, 2014. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/672591468329077347/pdf/929880PORTUGUE0CD0Oct20140PRT0FINAL.pdf>>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GALTUNG, J. **Violence, Peace, and Peace Research**. Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, p. 167–191, set. 1969.

Hélder, F.; AZEVEDO. “**O que é a paz liberal? o sentido e as fronteiras de um modelo vigente de construção da paz, que anseia a um status de pretensão universal inquestionável**” Revista Onis Ciência. [s.l: s.n.]

HORKHEIMER, MARX, and ADORNO. **Dialectic of Enlightenment**. New York: Continuum Books, 1976

INGOLD, Tim. “**Humanity and Animality**.” Companion Encyclopedia of Anthropology, Londres, Routledge, 1994, pp. 14-32.

GALTUNG, J **Peace Journalism**, Media Asia, 30:3, 177-180, DOI: 10.1080/01296612.2003.11726720, 2003

JOHAN GALTUNG. Essays in Peace Research: **Peace, war and defense**. [s.l: s.n.]. (1976)

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; TONHATI, Tania; LIMA COSTA, Luiz Fernando. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2023.

MacBride, S. (1980). **Many voices, one world**: Towards a new, more just, and more efficient world information and communication order. Paris: UNESCO. Malkki, L. (1996). Refugees, humanitarianism, and dehistoricization. Cultural Anthropology, 11(3), 377–404.

MAR, 31. Operação Acolhida atinge a marca de 100 mil refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados em 930 municípios do Brasil. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2023/03/31/operacao-acolhida-atinge-a-marca-de-100-mil-refugiados-e-migrantes-venezuelanos-interiorizados-em-930-municipios-do-brasil/>>.

MCGOLDRICK, A.; LYNCH, J. **Peace Journalism**. Stroud, England: Hawthorn Press, 2005.

MOELLER, S. D. (1999). **Compassion fatigue: How the media sell disease, famine, war and death**. New York: Routledge.

N, B. M. **Empire of Humanity: A history of humanitarianism**. Ithaca, NY, USA: Fall Creek Press, 2011

OHCHR | **Universal Declaration of Human Rights** - Portuguese. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>>.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

REBESCHINI, C. **Trauma na infância e transtornos da personalidade na vida adulta: relações e diagnósticos**. Saúde e Desenvolvimento Humano, v. 5, n. 2, p. 67, 2017.

ROCHA, G. D. V.; RIBEIRO, N. V. P. **Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias**. Revista Jurídica da Presidência, v. 20, n. 122, p. 541, 2018.

RODRIGUES, G. G. **Do Efeito CNN ao Efeito Al Jazeera: a mídia como ator das Relações Internacionais**. www.academia.edu [s.d.]

ROSENBERG, M. B.; MÁRIO VILELA. **Comunicação não-violenta** : técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.
Rosenblum, M. (1979). *Coups and earthquakes: Reporting the world for America*. New York: Harper and Rows.

SARAIVA, F. **A definição de crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO**. Revista Nação e Defesa, 2011.

SAYRE, R. K. et al. **Investing in Early Childhood Development**: Review of the world bank's recent experience. Washington, DC, USA: World Bank Publications, 2015.

SCOTT, Martin. 2017. **What makes news humanitarian?** The dilemmas of reporting on suffering. In: Public Media Alliance. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>>. [consultado el 23 dec.2018

TICKTIN, M. **Transnational humanitarianism**. Annual review of anthropology, v. 43, n. 1, p. 273–289, 2014

TRIPP, D. **Action research**: a methodological introduction. Educação e Pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443–466, dez. 2005.

VICTOR, C. **A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do jornalismo humanitário**. 2018

VICTOR, C.; SANCHES, L. **Crise humanitária e os deslocamentos internos por conflitos e desastres sob as lentes do Jornalismo Humanitário e de Paz.** Prometeus, n. 34, 2020

AGRADECIMENTOS

Quero finalizar o meu processo de graduação – representado pelo presente trabalho – agradecendo à minha família por todo apoio, suporte e amor que me permitiram alçar voo por novas possibilidades de presente e futuro. Também quero expressar minha mais profunda gratidão ao meu orientador, professor Paulo Kuhlmann, que depositou total confiança em tudo que me propus a realizar e produzir durante todo o meu processo de graduação, me enxergando com o coração, para além de uma mente acadêmica. Meus mais sinceros sentimentos de amor às voluntárias do PUA, minhas melhores amigas, que se fizeram minha grande família pessoense e que sempre foram responsáveis por gerar muito afeto dentro e fora do grupo, aprender e compartilhar com todas elas, me tornou uma mulher mais forte. Quero agradecer às minhas irmãs de casa, Larissa e Isabele, responsáveis por compartilhar um sentimento de lar, cuidado e muito amor durante essa jornada. À todas as amigadas que construí na Casa do Migrante de Jacumã, muito amor e gratidão por terem me permitido compartilhar cuidado e afeto, numa troca que seguirá se expandindo. Os meus mais sinceros agradecimentos também à Lara e Laila, que me acompanharam durante toda a jornada dessa pesquisa e muitas jornadas da vida, que possamos seguir construindo um caminho belíssimo.

Por fim, sou grata ao Universo por todos os caminhos que me colocou e todas as possibilidades de viver plenamente o significado do Amor.